



"O atraso nos pagamentos está a matar a economia"

O problema é cultural e está enraizado: o atraso no pagamento de faturas a fornecedores em Portugal resulta mais de uma má prática contrária à capitalização estratégica das empresas do que do atual ciclo económico, como concluiu um painel de personalidades de vários quadrantes da sociedade na iniciativa "Pagar a Horas, Fazer Crescer Portugal", recentemente realizada. Face ao estrangulamento crónico das tesourarias e à falta de competitividade das PME, é urgente despertar consciências e mudar atitudes



ACEGE

CIP



IAPMEI

▶ **ANTÓNIO PINTO LEITE**
Presidente da ACEGE

▶ **ANTÓNIO SARAIVA**
Presidente da CIP

▶ **LUÍS FILIPE COSTA**
Presidente do IAPMEI

Sublinhando que a tomada de posição da Associação Cristã de Empresários e Gestores (ACEGE) através do Compromisso Pagamento Pontual constitui uma "medida elementar para honrar um mínimo ético empresarial", o seu presidente recorda que "todas as empresas que aderiram estão a receber, provavelmente, acima dos cem dias, mas a pagar nos primeiros trinta". Ou seja, "estão a financiar a economia portuguesa, tal como os seus acionistas". O problema já "não se resolve com falinhas mansas", admite António Pinto Leite, mas com "pedagogia e pressão". Lamentando que o Estado, para além de constituir "um obstáculo" a uma cultura de pagamentos pontuais (porquanto é o pior pagador), seja hoje "um monstruoso álibi para que as empresas não paguem a horas", o presidente da ACEGE esclarece que "muitas não pagam porque não querem", gerindo as suas tesourarias "de uma maneira anti-económica e antisocial". Neste contexto, a adesão à "terceira vaga" deste Compromisso representa um instrumento de pressão contra o "egoísmo empresarial" que grassa no País, profundamente lesivo para a economia.

"O atraso nos pagamentos está a matar a economia". É com esta frontalidade que António Saraiva se refere ao incumprimento na liquidação de faturas. Lamentando "a dimensão destes atrasos no setor público", atualmente na ordem dos 2,7 mil milhões de euros, bem como "o estrangulamento das tesourarias" nas PME, o presidente da CIP recorda que apesar do esforço que permitiu reduzir a dívida associada aos atrasos (que no final de 2012 se cifrava em 4,6 mil milhões de euros) "é ainda muito o dinheiro que o Estado deve à economia". Hoje, são necessários "cerca de 18 mil milhões de euros para recapitalizar algum tecido empresarial", calcula. Face à realidade, "não há soluções milagrosas". Mas há medidas viáveis, por exemplo, utilizar uma parte da verba destinada a recapitalizar a Banca (12 mil milhões de euros, dos quais cerca de 6 mil milhões "estão por usar") "para amortizar o problema da dívida do Estado à nossa economia, na ordem dos 3 mil milhões de Euros".



Reiterando que a destruição do emprego é um dos efeitos mais graves do atraso no pagamento de faturas, o presidente do Conselho Diretivo do IAPMEI lamenta o atraso na economia que esta má prática provoca, admitindo também as suas "causas profundas" e contrárias ao investimento "numa adequada capitalização da empresa". Para Luís Filipe Costa, "terão de haver vários abanões na sociedade portuguesa" para que predomine o cumprimento dos prazos de pagamento acordados. A "subcapitalização crónica" das PME concorre para agravar as dificuldades de pagamento dentro do prazo e aumenta a tendência para estas empresas se financiarem junto dos seus fornecedores e para alongarem ao máximo os prazos. Já a reforma do Estado em curso, "para ser digna desse nome, terá de enfrentar este problema", bem como uma revisão do IVA de Caixa, "que pode e deve ser alargado". Ciente de que o atraso nos pagamentos se alastra facilmente a uma cadeia, "num efeito dominó" perverso, o presidente do IAPMEI acredita que é necessário promover iniciativas que façam parte de um movimento de ataque, essencial para dotar as empresas de autonomia financeira.



QREN-COMPETE



ECONOMISTAS



ENGENHEIROS



ROC



TOC

▶ **FRANQUELIM ALVES**
Gestor do QREN - COMPETE

▶ **RUI MARTINHO**
Bastónario da Ordem dos Economistas

▶ **CARLOS MATIAS RAMOS**
Bastónario da Ordem dos Engenheiros

▶ **JOSÉ AZEVEDO RODRIGUES**
Bastónario da Ordem dos ROC

▶ **ANTÓNIO D. AZEVEDO**
Bastónario da Ordem dos TOC

Enunciando dois problemas distintos, o cumprimento da lei e gestão do ciclo económico e da crise, Franquelim Alves explica que o fundo de maneio é uma parte importante do investimento em qualquer projeto: "quanto mais dinheiro houver a cobrar, mais investimento terá de ser financiado para manter o negócio". Além disso, "uma rotação mais baixa do capital tem um efeito pernicioso ao nível da eficiência económica, para as empresas e para o País, particularmente em alturas em que o custo do capital tende a aumentar". No que respeita à aplicação da diretiva comunitária que impõe regras de obrigação de cumprimento de prazos de pagamento, nomeadamente nas PME, o gestor do QREN-COMPETE reconhece que Portugal "tem um problema de enforcement: do ponto de vista legal, há instrumentos. Têm de se aplicar". Já o nível de incumprimento respeitante ao crédito malparado relaciona-se mais com "a questão da crise e do ciclo económico", sendo relevante pensar em "dotar as empresas de capacidade financeira para serem capazes de resistir" ao atual contexto, conclui.

Pagar a horas é "uma função de todos" e, se o bom exemplo "não vem de cima", ou seja, do Estado, é complicado que, quem dele depende, adote a "necessária mudança de atitude". Rui Martinho acredita que as Ordens de profissionais podem contribuir para que as empresas alterem comportamentos pouco responsáveis a este nível, justamente "dando o exemplo". O problema do atraso nos pagamentos tem um efeito "de milhares de milhões (de euros) que provavelmente reporiem o nosso PIB" e, se fosse ultrapassado, colmataria "o número de falências que origina, o desemprego que arrasta e a concorrência desleal", defende o Bastónario. De resto, "poucos empresários seguem a lei com rigor" ou sabem sequer da sua existência, diz. A associação das empresas e instituições como as Ordens à iniciativa Compromisso Pagamento Pontual contribui para a sua divulgação, cultivando uma cultura de consensos essencial para "quebrar este círculo vicioso, que é o de 'recebe-se com atraso, paga-se com atraso'", afirma Rui Martinho.

Particularmente afetado pela crise, o setor da construção "é aquele em que é mais visível esta situação dos atrasos, a qual tem conduzido ao encerramento de dezenas de PME por dia". E se, no que toca ao incumprimento das empresas públicas e câmaras municipais, "as dívidas no princípio deste ano eram de aproximadamente 1,6 mil milhões de euros (autarquias e administração central), um terço das autarquias tem a sua situação em dia, num comportamento digno de referência", adianta Carlos Ramos. O problema são "os restantes dois terços", verificando-se, em média, atrasos na ordem de 8,2 meses. Quanto aos privados na área da construção, o que provocou a rutura "foi a paragem abrupta das promoções imobiliárias, que arrastou as empresas para o Plano Especial de Recuperação", afirma o Bastónario. Sobre o IVA de Caixa, que se destina a empresas com operações até 500 mil euros, considera que, apesar de ser "um fator determinante em termos de tesouraria, muitas empresas não o conseguem aproveitar".

Para José Azevedo Rodrigues, "esta matéria é um problema nacional", cuja relevância é "tanto maior quanto cria uma distorção de natureza contratual", com impactos visíveis para a economia. O atraso nos pagamentos e o subsequente efeito nos cashflows das empresas é uma dificuldade efetiva, em particular para as pequenas empresas, e nalgumas atividades "o efeito pode ser devastador". Certo é que "os custos de financiamento e os custos de gestão envolvidos nos pagamentos reduzidos ou incertos significam erosão na rentabilidade da empresa". E, "quando estamos num mercado com margens cada vez mais baixas", podem mesmo eliminar a criação de valor das empresas e ser um dos principais motivos de falências e insolvências das empresas, alerta. Por outro lado, "na necessidade de obter liquidez, o gestor deixa de ter tempo para aquilo que é fundamental no negócio - a estratégia - e para aprofundar relacionamentos com clientes e fornecedores", considera o Bastónario da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

"Temos de ter a coragem e a inteligência de encontrar fórmulas diferentes" para combater este problema, mas "muito dificilmente a solução estará na aplicação direta da lei", afirma Domingues Azevedo, advertindo que a execução do cliente que não pagou a tempo tem muitas vezes como consequência a perda desse cliente. Mas as empresas podem mencionar na fatura que a falta de pagamento confere ao alienante o direito de cobrar juros, diz, criando "a consciência de que o incumprimento poderá ser penalizado". Embora defendendo que, com o IVA de Caixa, se "quebrar um tabu", o Bastónario da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas é crítico sobre esta matéria: o sistema "está burocratizado e com demasiado receio que possa haver fugas" com o funcionamento deste regime, ao qual aderiram apenas 160 pessoas na 1.ª fase (até 30 de setembro). É muito pouco", conclui. Na sua opinião, o Compromisso Pagamento Pontual constitui "um apelo à consciência de cada um para que tenha valores de cidadania".